

3.

As territorialidades do ensino a distância: o Cederj, a Unopar e a Unesa em análise

3.1.

As questões do contato e do acesso

O objetivo deste capítulo é justamente apresentar as instituições que servem não apenas como objeto, mas como inspiração do presente trabalho, e que, sobretudo, despertaram meu interesse pelo tema proposto, além de tentar demonstrar na prática a possível ocorrência de ativação, desativação e até mesmo a reativação de territorialidades pretéritas destacadas por Sack (1986) a partir dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, tão bem desenvolvidos por Haesbaert (2006).

Segundo este último, processos de desterritorialização podem estar ligados tanto à fragilidade crescente das fronteiras, quanto à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas, mas são várias as definições de desterritorialização, e as mesmas estão condicionadas ao conceito de território que se admite. Ora, a partir do momento em que novas relações de vários tipos são estabelecidas entre aluno e uma instituição de ensino superior a distância, mais precisamente, no ato da matrícula, passa a haver, desse momento em diante, um vínculo que pode se desdobrar em várias dimensões, da social à educacional, real objetivo da instituição. Com isto, é normal que territorialidades que antes não ocorriam, passem a se efetivar no espaço enquanto território que se forma pelo sentimento de pertencimento àquela instituição e apropriação desse mesmo espaço, condicionado ou não pelo pagamento de suas mensalidades, visto que há o caso das universidades públicas. Em outras palavras, o processo de desterritorialização se efetiva, já que outra lógica educacional é instalada e passa a exercer concorrência com o outro modelo, normalmente já territorializado. Se as instituições que oferecem esse novo serviço passam a receber alunos advindos do outro modelo, então a desterritorialização se confirma ainda mais, pois há a suplantação de uma lógica já instalada por outra recém chegada e com novos atributos. É importante lembrar que não podemos nos prender apenas a essa relação principal, entre aluno e instituição e deixar de lado as demais que são exercidas até mesmo indiretamente pela implantação do novo sistema, tais como:

as relações com os sistemas, públicos ou não, de transporte e a falta de mobilização estudantil que a redução do contato proporciona.

Posso afirmar que conquanto este contato entre os envolvidos seja reduzido devido à própria dinâmica da modalidade, ocorre uma normal acomodação no que diz respeito à coesão territorial entre os agentes envolvidos. Isto é, quanto menor o contato entre alunos, professores e instituições, mais frouxos se tornam os laços que os unem e dão coesão a esse território recém-formado. Haebaert confirma esta situação ao utilizar um exemplo inverso:

Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. (HAESBAERT, 2005)

Mas apesar de frouxos, estes se mostram firmes ao ponto das inscrições no vestibular e o número de vagas ofertadas estarem em ascensão¹⁷, mesmo com toda discussão atual em torno de sua legitimidade e aceitação, o que demonstra não se tratar da efetivação de um território efêmero, apesar da relativa fragilidade que se verifica nas relações de contato estabelecidas entre os agentes atuantes.

Haesbaert (2006) afirma que “ao processo ou à ação desterritorializadora” se segue um inevitável processo de reterritorialização:

Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”[...] que leva a construção de territórios muito mais múltiplos, ou de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade. (HAESBAERT, 2005)

Desta forma, a própria ação que desterritorializa proporciona um novo modo de produzir, no sentido mais amplo da expressão que se refere à produção. Isto é, não estamos nos referindo aqui apenas ao setor fabril, e sim, a tudo que se produz, extrai e oferta, a fim de se obter lucro a partir da obtenção de mais-valia.

¹⁷ Ver introdução.

Mas, não ocorrerá também efetivação de territorialidades a partir do ingresso desse mesmo aluno em uma universidade presencial? Claro que sim, afinal de contas ocorre também neste caso a efetivação de relações de poder e a apropriação desse espaço pelos envolvidos nas relações existentes. Então, é natural que territorialidades sejam sim, efetivadas nesse caso. Com base no que já foi discutido, acredito ser capaz de poder reafirmá-las num contexto geral, já que nosso objeto de estudo é o ensino à distância, porém é preciso sustentar que o principal objetivo do trabalho está associado ao ensino à distância, e que busco tentar ratificar a diversidade das territorialidades existentes e que se efetivam, entre as duas modalidades, na tentativa de também comprovar a ocorrência de novas territorialidades que se apresentam a partir da implantação dessa modalidade de pouca história e tradição em nosso país.

A partir da teoria das territorialidades de Sack, poderíamos até mesmo incorrer no erro de compreender que o sistema tradicional de ensino, preche de contato e de ações e estratégias baseadas neste, não apresenta efetivação de territorialidades, já que segundo palavras do autor, as mesmas são *uma extensão da ação por contato*, o que não o inviabiliza, mas apenas enfatiza que quando se deseja evitar o contato ao máximo devemos nos utilizar das territorialidades, mas o contato é inevitável. Portanto, prefiro trabalhar com a idéia de que onde há territórios, territorialidades são efetivadas, e que Sack vê na possibilidade de evitar o contato entre os agentes a oportunidade perfeita de utilização das mesmas.

A partir do fato de que os conceitos de desterritorialização são condicionados pelas concepções de território que se toma como definição, acredito que o mesmo pode ser aplicado às territorialidades, isto é, que cada definição de territorialidade observada deriva de um determinado conceito de território, já que este se apresenta para os demais citados como um “conceito-matriz”, de forma que neste trabalho faço o sentido inverso, admitindo o conceito de territorialidade a ser trabalhado, mesmo acreditando que o conceito de território segundo Sack seja um tanto limitado para dar conta dos múltiplos territórios e suas conseqüentes multiterritorialidades, como se o mesmo carecesse em demasia de um punhado de atualidade. Não por incompetência do autor, é claro, mas principalmente em função do mesmo ter concebido sua obra sobre o referido assunto ainda na década de 1980, (o que justifica o anacronismo citado),

quando as transformações do advento do meio técnico-científico informacional ainda não possuíam as dimensões hoje percebidas. O fato é que, embora os conceitos possuam inegável interrelação, meu interesse maior reside nas territorialidades e seus desdobramentos no espaço geográfico.

As alterações no panorama das territorialidades a partir do EAD se dão em um ambiente de inovações tecnológicas constantes e aceleração do tempo e dos avanços técnicos, cujos sujeitos aqui contemplados são três universidades de um universo de instituições infinitamente maior, que oferece cursos de nível superior na modalidade à distância e sua respectiva clientela.

A construção de novos territórios, a desconstrução e subsequente reconstrução de outros tantos e claro, de suas respectivas territorialidades, ocorrem, em primeiro lugar pela necessidade de surgimento de novos paradigmas educacionais que respondam aos novos tempos e suas demandas, apoiados em igualmente novas tecnologias e técnicas, que, em segundo lugar, acabam possibilitando que os processos se materializem seja no espaço real, ou no virtual.

A virtualidade e a pluralidade são marcas dos tempos ditos “pós-modernos”. Sobre isso, Haesbaert afirma que:

É importante que ressaltemos agora, então, dentro dessa multiplicidade territorial em que estamos mergulhados, quais os traços fundamentais que distinguem a atual fase desterritorializadora, mais flexível, do capitalismo ou da modernidade – para alguns “pós-modernidade”, para outros “modernidade radicalizada” (Giddens, 1990) ou “líquida” (Bauman, 2001). (HAESBAERT, 2005)

E hoje, amparados por essas mesmas tecnologias disponíveis, as virtualidades e as realidades territoriais se misturam com frequência e intensidades jamais imaginadas. Seu constante processo de aceleração serve para demonstrar que em um mesmo espaço podem conviver, de forma harmoniosa ou não, vários territórios, de modo que, quantas forem as relações que pressuponham o sentimento de pertencimento, tantos serão os territórios e as suas expressões marcadas no espaço: as territorialidades.

Cada instituição aqui citada e explorada possui múltiplas facetas. Para o aluno, socialmente falando, esta pode representar a chance de uma vida melhor, uma colocação no mercado de trabalho ou até mesmo a possibilidade financeira e

material de constituir uma família. Para seus docentes, algo semelhante: a possibilidade de uma carreira universitária, satisfação profissional e/ou financeira. Mas o fato é que, territorialmente essas instituições representam múltiplos territórios que podem ser contemplados a partir da diversificação das escalas de percepção. Isto é, estas podem ser compreendidas a partir de si mesmas, analogamente ao território de um estado-nação, como territórios geralmente bem delimitados por muros e paredes (limites), que servem para limitar acesso e onde há a intencionalidade ou a pré-disposição à construção de conhecimento através da docência e pesquisa. Mas devemos apreendê-las também como recipientes de inúmeros outros territórios que se sobrepõe¹⁸ a este de maior predomínio e amplitude, ambos conquistados através das relações de poder ali existentes. Estes outros territórios atuam sobre o mesmo espaço físico que o anterior, mas seus domínios quase sempre não se mostram tão claros quanto aqueles marcados pelo poder hegemônico presente neste espaço. Há de fato o que podemos denominar como compartilhamento, não do território em si, mas do espaço que os contém: os múltiplos territórios, marcados pela descontinuidade e flexibilidade características da pós-modernidade, acabam por proporcionando as multiterritorialidades. Não são os territórios compartilhados, já que os mesmos se dão a partir de relações de pertencimento e poder. Tais relações, mesmo que coletivas, envolvendo grupos e movimentos sociais, são apreendidas de maneiras diferentes por cada indivíduo, de modo que o território, mesmo que coletivizado se apresenta para cada pessoa de maneira diferente. Portanto, prefiro pensar que o que se compartilha é apenas o espaço físico que contém tais territórios que se sobrepõem de forma hierarquizada, mas ao mesmo tempo, simultaneamente.

3.2. O caso da UNOPAR e suas territorialidades

Como foi citado na introdução do presente estudo, o ensino a distância deve ser compreendido para além do fato de não ser uma modalidade tradicionalmente presencial de estudo. É necessário destacar que dentro dessa modalidade, que rompeu com a tradição escolar em escala planetária, há três principais vertentes. Duas que apostam no modelo semi-presencial, mais próxima

¹⁸ A sobreposição trabalhada não deve ser compreendida a partir de processos de hierarquização. Esta é tratada apenas como a ação de aglomerar num mesmo espaço ou recipiente.

do conceito tradicional, adotado por exemplo pelo consórcio CEDERJ, que contemplaremos no tópico seguinte, e outra que propõe a utilização de novas tecnologias aplicadas ao processo educacional – as chamadas TIC’s – e adota um modelo via satélite, abordado a seguir. Citando Belloni,

Tais transformações técnicas, econômicas e culturais geram necessariamente novos modos de perceber e de compreender o mundo: o local é reinterpretado à luz do global, o afetivo é sublimado no espetáculo e transformaram-se os modos de aprender das novas gerações, bem como suas representações sobre, e suas relações com, a instituição escolar. Tudo isso coloca, para o campo da educação, desafios imensos, tanto teóricos quanto práticos. As novas gerações estão desenvolvendo novos modos de perceber novos modos de aprender mais autônomos e assistemáticos (“autodidaxia”), voltados para a construção de um conhecimento mais ligado com a experiência concreta (real ou virtual), em contraposição à transmissão “bancária” de conhecimentos pontuais abstratos, freqüentemente praticada na escola. (BELLONI, 2002)

Além dessas, há ainda outra vertente que podemos considerar como sendo “mais distante” que as demais, já que o aluno tem quase nenhum contato com o espaço físico da universidade, sendo suas aulas ministradas através do meio virtual da internet e as provas realizadas presencialmente nos respectivos pólos de matrícula.

Utilizarei o caso da UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná, com sede na cidade de Londrina – para ilustrar o segundo modelo citado, simplesmente em função de um estranhamento que acabou por gerar um questionamento acerca da localização de uma de suas filiais em Nova Friburgo, município serrano do Estado do Rio de Janeiro, tão distante de sua matriz e, claramente transpondo territórios e territorialidades estaduais e municipais. Vale destacar que poderia ser qualquer outra dentre muitas instituições que ofertam esse mesmo tipo de serviço.

Nesta instituição o aluno se matricula em um dos muitos centros de educação virtual, quase sempre franquias da universidade espalhados por quase todos os estados brasileiros, exceto um, o estado do Piauí, demonstrando seu amplo poder de alcance a nível nacional. Nesses locais o mesmo recebe aulas via satélite, geralmente um dia por semana, que conta ainda com apoio tecnológico da internet, já que não são aulas gravadas (video-aulas) – as mesmas são ministradas e transmitidas ao vivo para os pólos virtuais, diretamente de um dos três *campus*

presenciais localizados na região norte daquele estado – e as perguntas e questionamentos dependem de uma conexão através de um *software* de conversas virtuais. As provas são realizadas nos pólos virtuais, isto é, requerem a presença do aluno, mesmo que por um breve momento.

Economicamente o modelo se justifica facilmente pela mais-valia obtida através do trabalho do corpo docente, que ministra apenas uma mesma aula que é transmitida para uma infinidade de tele-salas de aula espalhadas pelo território nacional, aumentando as possibilidades de lucro não só para a instituição, mas também para os franqueados, neste exemplo, denominados como conveniados.

Uma breve avaliação pedagógica¹⁹ passa obrigatoriamente por uma questão de definição de políticas privadas e também públicas, já que os cursos tanto presenciais, quanto a distância dependem diretamente do Ministério da Educação para funcionarem. Desta forma, podemos encarar o ensino superior a distância, nesse momento tratado a partir de uma instituição de caráter privado, como fruto de uma política pública e também privada de ampliação da oferta de vagas, obviamente com objetivos distintos de ambas as partes. O interesse da esfera pública reside na intenção e na tentativa de proporcionar maior qualificação profissional, principalmente àquela parcela da população que encontra severas dificuldades em ingressar em um curso universitário tradicional devido à falta de tempo, e porque não, também de dinheiro, já que mesmo em instituições privadas os valores para tal modalidade são geralmente mais baixos quando comparados aos valores do ensino presencial. Cabe destacar também o papel do Estado na questão da proliferação dos cursos à distância ao determinar que os diplomas dos cursos à distância não devem ser diferentes em nada em relação ao diploma dos cursos presenciais, eliminando desde então quaisquer formas de discriminação ou preconceito que possam surgir em relação à modalidade. Já os objetivos privados se dão basicamente em torno do aumento de ganhos financeiros²⁰.

No campo do ordenamento territorial devemos ressaltar que os locais de implantação dos pólos virtuais podem deixar de lado a antiga idéia fixa de

¹⁹ Vale destacar que o fato de não haver um maior aprofundamento na questão pedagógica que cerca o tema principal aqui tratado, se dá única e exclusivamente pelo mesmo se tratar de um trabalho voltado para o departamento de Geografia, o que justifica a ênfase no caráter geográfico.

²⁰ Não cabe aqui, neste trabalho acadêmico, uma discussão sobre a validade ou a legitimidade dessa modalidade de ensino.

localização nas áreas centrais, visto que o deslocamento de cada aluno ocorrerá apenas uma vez por semana. Desta maneira, a localização fora do centro da cidade não traz como justificativa o deslocamento como inviabilização das matrículas e, conseqüentemente do negócio. Além disso, há que se destacar que ao se tratar de uma instituição virtual e com tele-salas de aula, as construções nem de longe lembram uma universidade presencial tradicional, já que sua infra-estrutura é reduzida até mesmo pelo fato de que a missão dos pólos é geralmente restrita à docência, ficando a pesquisa e extensão a cargo da matriz.

Do ponto de vista geográfico-territorial é importante destacar que a virtualidade presente nesta metodologia de ensino, por si só já é capaz de criar territórios igualmente virtuais a partir do momento em que novas relações de poder são estabelecidas no espaço de forma paralela ou em substituição a outras que são eliminadas ou desativadas temporariamente. Podemos trabalhar com a possibilidade de que tais relações pressupõem apropriações de parcelas do espaço, seja este real ou virtual, como nesse caso. A partir da implantação do campus virtual, territorialidades reais e tradicionais, algumas daquelas resultantes de expressões ocorridas, segundo Milton Santos, no espaço habitado, tem grandes chances de serem desativadas ou eliminadas de vez, caso haja a substituição de uma lógica por outra. Por exemplo, o caso das fotocopiadoras que se situam próximas ou até mesmo no interior dos campi das universidades. Na situação de substituição de cursos presenciais por virtuais, sua necessidade será reduzida ou até mesmo descartada, já que a maior parte dos muitos dos textos necessários à formação dos alunos segue para os mesmos via internet. Nesse caso a territorialidade real, baseada no contato, antes efetiva e predominante, perde seu valor de forma gradual ou não. Ora, territorialidades também não são, em sua expressão mais tradicional, o resultado de ações territoriais frutos de relações de poder e pertencimento? Portanto, neste exemplo, acredito que territorialidades associadas ao tradicional tendem a ser substituídas ou sujeitas à complementação.

Em outra situação podemos tratar da substituição dos espaços físicos propriamente ditos. No caso de um curso presencial tradicional é normal que haja o deslocamento dos alunos até a universidade, percurso este realizado diariamente (dias úteis) e, principalmente, por e a partir de relações de trabalho e porque não dizer, também relações de poder. É fato que ao longo do deslocamento ao menos

uma relação é travada, a que se estabelece entre o meio de transporte a ser utilizado, com excessão de automóvel próprio, e seu cliente (passageiro), que não devemos esquecer que se trata também de um cliente da própria instituição de ensino em questão. Claro que, a menos que o referido aluno more bem próximo do pólo virtual da universidade, ele vai continuar a necessitar do sistema público de transportes, mas devemos atentar para a frequência, agora bem reduzida em relação ao cenário anterior.

Ou seja, nesses dois exemplos percebemos que formas tradicionais de relacionamentos perderam importância a partir da substituição do ensino presencial pelo virtual, e que novas relações passaram a ser travadas, como por exemplo a que se estabelece entre o aluno e seu provedor de internet, necessário para que seus trabalhos sejam enviados aos professores à distância, tendo ainda a UNOPAR como referência. Esse fato ajuda a ratificar a teoria das desterritorializações e reterritorializações de Haesbaert (2007). Ele afirma que as desterritorializações, de forma simplificada, não passam de processos de reterritorializações que ocorrem em função de ações geralmente motivadas por mudanças no padrão técnico, de modo que a implantação do EAD possui a capacidade de desterritorializar uma série de atividades, objetos e sujeitos, direta ou indiretamente associados às antigas formas.

Devemos também e, principalmente, em função dos objetivos deste trabalho, nos preocupar com o fato de que o surgimento de estabelecimentos virtuais de ensino como a UNOPAR abre a possibilidade de uma questão muito importante não somente ao cenário educacional, mas também de grande relevância ao cenário econômico, visto que uma única instituição do Estado do Paraná é capaz de proporcionar aumento na concorrência não apenas com outros estabelecimentos virtuais, mas com os presenciais a nível nacional. E ainda, a partir de uma velocidade altíssima²¹, visto que os investimentos a serem realizados com o objetivo de implantação de um pólo virtual de ensino se mostram muito inferiores ao modelo presencial, o que pode ser verificado na própria estrutura verificada no campus Nova Friburgo. Sua estrutura é pequena para os padrões de uma universidade presencial e suas instalações são modestas

²¹ De acordo com o sítio da Universidade na Internet, seu campus virtual possui dez anos de existência e atinge atualmente a marca de mais de quatrocentos municípios atendidos em 25 estados do país.

apesar de toda tecnologia e maquinário necessário ao funcionamento do pólo. Desta forma, vislumbro a transposição de territórios estaduais e municipais proporcionando a criação de novas territorialidades que podem ser expressas no espaço através de várias dimensões concretas, como na economia e no cotidiano em geral. No caso da universidade a distância, e mais especificamente no que tange às territorialidades por ele proporcionadas, vejo que o aumento da concorrência poderia se apresentar como um consistente exemplo.

É fato que a entrada desse tipo de instituição, no caso, bem marcada territorialmente até mesmo em função de seu nome – Universidade do Norte do Paraná - em territórios de outras unidades da federação nem sempre reflete uma aceitação imediata e favorável. Pode ocorrer de prevalecer a questão da resistência do lugar enquanto território ao novo e ao que é visto como sendo “de fora”. Porém, essa mesma resistência pode ser vencida a partir de quesitos importantes, tais como a facilidade de acesso devido ao tempo demandado para os estudos e o preço, normalmente mais acessível que o ensino presencial.

3.3. O consórcio CEDERJ e suas territorialidades

O Consórcio CEDERJ reúne o Governo do Estado do Rio de Janeiro através da Fundação CECIERJ e as seis Universidades públicas sediadas no Estado: UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense, UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFF – Universidade Federal Fluminense e UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Também participam ativamente deste esforço as Prefeituras Municipais que sediam os pólos regionais do CEDERJ. Esse Consórcio foi elaborado em 1999, através do documento gerado por uma comissão formada por dois membros de cada universidade juntamente com a SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Esse documento foi assinado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro e pelos Reitores das Universidades Consorciadas no dia 26 de janeiro de 2000. Estavam, então, efetivamente firmadas as bases para o Consórcio CEDERJ. Os objetivos do CEDERJ são:

- Contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado do Rio de Janeiro;
- Concorrer para facilitar o acesso ao ensino superior daqueles que não podem estudar no horário tradicional;
- Atuar na formação continuada, à distância, de profissionais do Estado, com atenção especial para o processo de atualização de professores da rede estadual de Ensino Médio;
- Aumentar a oferta de vagas em cursos de graduação e pós-graduação no Estado do Rio de Janeiro.

É importante destacar que, apesar de apenas esses objetivos supracitados aparecerem explicitamente nos documentos oficiais da instituição, outros estão subentendidos ao longo dos mesmos documentos. Quando se lê que “a modalidade de educação a distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios”, torna-se quase impossível não associar este fato à necessidade de fixar pessoas em cidades interioranas, não só para promover o desenvolvimento local, mas também, para que os deslocamentos populacionais rumo aos grandes centros sejam reduzidos, visando ao menos o não aumento dos inúmeros problemas urbanos presentes em grandes cidades da região metropolitana como Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói, todas estas com problemas em diversas áreas como saúde e educação, além da segurança. Também aqui vale a regra de que o diploma do aluno do curso à distância deve ser o mesmo do aluno de um curso presencial, reforçando a atuação do Estado na proliferação do modelo.

Outra questão de destaque ao falarmos do CEDERJ é que há uma perceptível preocupação do consórcio, capitaneado pela Fundação CECIERJ, em oferecer cursos que estejam de acordo com a demanda atual de profissionais de áreas mais requisitadas, como ciência da computação ou por carência tradicional, como no caso citado em seu sítio na internet, da necessidade de professores de ciências naturais e humanas, tanto para ensino fundamental quanto para ensino médio nas áreas interioranas, atendidas direta ou indiretamente pelos pólos. Resumidamente, existe uma ainda tímida relação entre a oferta de cursos e a

vocação regional, que de acordo com os documentos analisados, deve ter um incremento gradual nos próximos anos.

O consórcio oferece atualmente nove cursos de graduação regulares distribuídos de forma desigual por seus trinta e três pólos, sendo o pólo de Angra dos Reis aquele que oferece maior número de cursos, oito no total.



Figura 1 - Mapa da distribuição dos pólos do CEDERJ

Através do mapa acima, podemos concluir que apesar do esforço da instituição, há ainda fortes traços de concentração de pólos em regiões mais próximas da região metropolitana e, por sua vez, menor concentração em regiões mais distantes como o Norte e o Noroeste Fluminense, além do Centro-Sul. Além disso, é preciso ressaltar que os pólos dessas regiões menos favorecidas quanto à presença dos mesmos apresenta também menor oferta na quantidade de cursos.²²

Neste modelo, os alunos fazem parte de um modelo de ensino a distância considerado como semi-presencial, já que os mesmos precisam assistir às tutorias que são ministradas todos os sábados por profissionais considerados tutores, e não, professores. É um sistema que busca integrar presença e distância, como podemos ver nas palavras abaixo:

²² Esta informação pode ser verificada na relação dos pólos existentes e seus respectivos cursos, disponível no sítio do consórcio na internet.

No Consórcio CEDERJ, essas idéias se aplicam a um sistema rigoroso de transmissão e avaliação de conhecimentos. Sistema que integra momentos presenciais e a distância, desenvolvidos a partir de material didático de formato especial, tutoria presencial e a distância, aulas práticas em laboratórios nos Pólos Regionais e nas universidades consorciadas e avaliações, a distância e presencial.

Neste caso, há a utilização de tecnologias de informação (TIC`s) semelhantes às verificadas nos exemplos anteriores. A internet tem certa utilização, porém de maneira mais limitada, até mesmo pelo fato de haver a possibilidade de encontro com profissionais de ensino. As palavras a seguir foram extraídas do sítio da instituição e comprovam o uso de tecnologias:

O avanço da tecnologia nas áreas de comunicação e informação vem oferecendo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância. Novas abordagens surgem pela utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos. Devido ao avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações e a interação e colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados. Esta constatação indica a necessidade de desenvolver ações permanentes de inserção de novas tecnologias no processo educativo.

Torna-se bastante importante destacar que, em se tratando de um sistema que conjuga o modelo a distância com o presencial, a expressão das relações entre os agentes envolvidos ocorrerá freqüentemente em territórios ora virtuais, ora reais e isso nos remete ao fato de que também haverá a associação entre as diversas formas de efetivação de territorialidades. Segundo as palavras da própria instituição:

Para o Consórcio CEDERJ, a Educação a Distância media uma relação em que professor e alunos estão fisicamente separados. A interação dos estudantes com os docentes e entre si deve ser garantida por uma comunicação multidirecional, através de diferentes meios tecnológicos. E a aprendizagem deve se realizar pelos seguintes meios: material atraente em linguagem adequada; atividades relevantes e contextualizadas; troca de experiências e interação social; fontes de informação de qualidade.

Ou seja, interpretando a teoria de Robert Sack à luz de nossa pesquisa, o consórcio CEDERJ proporciona territorialidades que se realizam em diferentes

níveis, já que diferente da UNOPAR e da Universidade Estácio de Sá, esta oferece seus serviços conjugando distância e presença. Isto é, territorialidades do ensino tradicional presencial associadas àquelas mais recentes proporcionadas pela dinâmica emprestada pelo ensino a distância. Aulas práticas se unem às tutorias e às avaliações para reforçar a necessidade de presença, mesmo que semanal dos alunos no campus da universidade. Isso demonstra, nesse sistema, a necessidade de contato, categoria tão presente e relevante na obra de Sack. Além disso, considerando as territorialidades como expressões das relações que se efetivam no interior dos territórios, isto é, indo um pouco além de Sack, podemos considerar que novos territórios surgem a partir das relações exercidas pela atividade docente e, conseqüentemente, novas territorialidades se perfazem.

As territorialidades estaduais, nesse caso, são mantidas, pois por tratar-se de um consórcio associado a uma fundação estadual, podemos descartar uma possível transposição de territorialidades rumo a estados contíguos ou não. O fato da fundação mantenedora se circunscrever no âmbito do Estado do Rio de Janeiro inviabiliza a transferência de recursos desse tipo para demais unidades da federação.

A partir disto, podemos chegar a algumas conclusões: a primeira, de que o poder de influência da região metropolitana continua predominante sobre as demais regiões do Estado, o que se pode comprovar pelo elevado número de pólos concentrados em seu território e no entorno próximo. Entendemos que a maior oferta de serviços como o ensino superior é capaz de ajudar a transmitir a idéia de centralidade a uma determinada área, lembrando a teoria das localidades centrais de Christaller²³. Em outras palavras, apesar das tentativas de fixação da população de fora da região metropolitana em suas localidades de origem, devemos considerar que para essas pessoas deve tornar-se bastante difícil, principalmente para aqueles que possuem o ensino superior, resistir às seduções propostas pelo núcleo central, traduzidas aqui em maiores salários e melhores condições de trabalho, este ainda se apresentando como receptáculo de migrantes do próprio Estado.

²³ Geógrafo alemão, nascido em 1893 e falecido em 1969, autor da "Teoria dos Lugares Centrais", cujos princípios expôs no trabalho *Os Lugares Centrais da Alemanha Meridional*, publicado em 1933. Nesta obra o autor buscava explicar o número, a dimensão e a distribuição dos lugares centrais, considerados como centros fornecedores de bens e serviços a uma população circundante, hierarquizando-os segundo o seu grau de centralidade.

Em segundo lugar, que os objetivos de interiorização do ensino superior através do Estado do Rio de Janeiro, mesmo que parcialmente atingidos, ainda carecem de muitos investimentos e infra-estrutura e, também, que há um longo caminho a ser percorrido no sentido da oferta de cursos mais apropriados às vocações regionais de cada pólo.

3.4.

A Universidade Estácio de Sá e suas territorialidades

A Universidade Estácio de Sá, instituição privada de ensino superior vem nos últimos anos ampliando rapidamente sua rede de pólos de ensino a distância de modo que hoje em dia seus serviços são prestados em 75 pólos espalhados por 16 Estados da federação, sendo 36 unidades apenas no Estado Rio de Janeiro.

Dos três modelos de universidades à distância aqui apresentados, a Universidade Estácio de Sá – UNESA – é a que melhor representa a utilização de territórios virtuais no processo de ensino-aprendizagem. Apesar do fato de que as provas devem ser realizadas nos pólos de origem das matrículas, diferentemente da UNOPAR, onde também as aulas devem ser ministradas nos pólos referentes às matrículas realizadas, na UNESA os alunos podem assistir às aulas a partir de seus próprios equipamentos (computadores e internet banda larga) ou ainda, em qualquer um dos campus da universidade espalhados pelos estados da federação onde a instituição se faz presente. Isto demonstra a presença marcante da virtualidade no processo.

Diferentemente das demais, nesse caso, as aulas são ministradas *online*, isto é, via internet, sendo que o aluno possui várias opções de horários para assisti-las e suas dúvidas são tiradas por tutores também conectados à grande rede. Apenas as avaliações são presenciais, as quais os alunos também possuem flexibilidade para escolher o melhor momento para fazê-las. Todo o restante do processo depende em grande parte das técnicas baseadas em inovações tecnológicas e, portanto, a flexibilidade é a sua marca. Sua virtualidade supera em muito a concretude, a realidade presencial do ensino. Os territórios virtuais são formados e compartilhados em uma intensidade e frequência muito maiores que os territórios reais. Destarte, podemos crer que o contato entre os agentes envolvidos no processo seja infinitamente inferior aos demais exemplos

mostrados neste trabalho de pesquisa e, também que as territorialidades, segundo Sack, se efetivam a partir da falta ou pela perceptível redução do contato. Assim como nos casos anteriores, percebemos que o controle sobre os espaços real e virtual funcionam como meios de controle do acesso das pessoas ao ensino. Logo, as territorialidades estão presentes. Podemos presenciá-las a partir do momento em que há o controle do acesso ao espaço virtual ou real por parte das universidades citadas até aqui. Não qualquer pessoa pode ter acesso aos territórios proporcionados pelas instituições. Uma pessoa, que não seja um aluno pode ter acesso às dependências físicas de uma universidade, mas não terá acesso ilimitado à todas as áreas. Há aquelas de acesso restrito a alunos, as quais esta não pode acessar. Da mesma forma podemos tratar os territórios virtuais. Através de senhas, o acesso remoto às dependências virtuais da universidade acaba sendo limitado. Há níveis de diferenciação quanto aos acessos. E devemos atentar que o controle sobre os acessos funcionam como estratégias em relação a facilitar ou dificultar o ingresso nos espaços, aqui denominados territórios.